

# Reestruturação do sistema de gestão da economia e democra- tização da sociedade na União Soviética\*

Abel Aganbeguian

Muito boa tarde, colegas,

Gostaria de me deter nas mudanças ocorridas no sistema de gestão da União Soviética. A reestruturação na nossa sociedade é um fenómeno complexo, global, que abrange todas as esferas do nosso desenvolvimento. Não abrange apenas a economia, mas também a política, os direitos, a ideologia e a nossa política externa. Mas, como economista que sou, gostaria de me deter aqui, sobretudo nas questões económicas. E há três grandes direcções que podem destacar-se no que respeita à *Perestroika* na Economia. Há uma reorientação no que respeita ao crescimento económico no sentido de dar nova prioridade às questões sociais. Uma segunda direcção é a da intensificação do progresso técnico e aplicação dos resultados da revolução científica. Mas, para resolver estas duas questões, é preciso operar uma mudança na gestão — e esta é justamente a terceira direcção do nosso trabalho.

Considerámos mesmo que a reestruturação do sistema de gestão constitui assim a orientação principal.

No período anterior instituiu-se no nosso país um sistema administrativo, um sistema de gestão baseado em ordens, baseado em imperativos, em ordens imperativas. Este sistema de gestão já não corresponde à situação social criada entretanto no país. Este sistema já não permite cumprir as tarefas que decorrem da revolução científico-técnica, nem realizar as mudanças estruturais que esta impõe, não permite a maleabilidade necessária para que a economia possa satisfazer as necessidades da população, no sentido do progresso social e, portanto, este sistema de gestão que se criou no país acabou por se transformar num

---

\* Conferência realizada no ISCTE — Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (Lisboa), em 6 de Julho de 1988, promovida pela editora Publicações Europa-América e pela revista *Sociologia — Problemas e Práticas*. A tradução foi feita, durante a conferência, por Carlos Fino. No painel de debate participaram Manuel Villaverde Cabral, Mário Murteira e Eduardo Ferro Rodrigues.

travão ao desenvolvimento. E, se observarmos o nosso desenvolvimento nos últimos quinze a vinte anos pode constatar-se como é que de ano para ano esse crescimento ou esse desenvolvimento foi piorando, como é que aumentaram e se intensificaram os processos negativos, e pode também constatar-se que entre os anos 70 e 80 chegámos a uma situação de estagnação e de pré-crise.

Precisávamos, naturalmente, de encontrar uma saída para esta situação. A *Perestroika* é a resposta, é a alternativa a estas tendências negativas. Para ultrapassar estas tendências negativas chegámos à conclusão que era preciso quebrar, liquidar este sistema de gestão imperativo, que se tinha estabelecido no país, e substituí-lo por um sistema, para nós novo, fundamentalmente novo, um sistema de gestão assente em bases económicas, que funcione em bases económicas, que se baseie no recurso ao mercado, em ter em conta os interesses económicos das pessoas, em ter em conta também o interesse das pessoas pelos resultados finais do seu trabalho.

Nestes três anos que já vão decorridos desde a reunião do plenário do partido, em Abril de 85, que proclamou a política da *Perestroika*, estivemos ocupados na elaboração destas concepções do novo sistema de gestão da economia e também na preparação dos actos jurídicos, dos actos legais que são necessários para instaurar este novo sistema. No centro da reestruturação da gestão encontram-se as mudanças da situação das empresas, ou seja, trata-se de criar novas condições para o funcionamento desse elo básico do funcionamento da economia, que são justamente as empresas.

Em que é que essas novas condições se traduzem? Em primeiro lugar, instituir o pluralismo no domínio da propriedade, porque deve desde logo dizer-se que o sistema de gestão imperativo que existia até agora contribuía para e fortificava a estatização completa da economia. A partir de agora, a par das empresas do Estado, desenvolvemos as cooperativas em todas as áreas da economia, cooperativas essas que foram proibidas no passado. Por isso, a par da lei, de uma lei sobre as empresas, publicámos também uma lei sobre as cooperativas. No ano que se seguiu à autorização para a criação do movimento cooperativo surgiram novecentas mil, mas eu considero que isto é apenas um começo modesto. Criámos também uma lei da actividade laboral individual, e cerca de meio milhão de pessoas já receberam autorização para exercer essa actividade individual. Pode concluir-se que é também ainda um modesto começo.

As novas condições criadas às empresas traduzem-se, ao fim e ao cabo, em permitir que essas empresas tenham autonomia. O Estado, com esta lei, deixa de responder pelas obrigações das empresas e as empresas deixam de responder pelas dívidas do Estado. A autonomia das empresas traduz-se ainda pelo facto de que essas empresas passam a ter autofinanciamento e autogestão. Cada empresa deve conseguir os seus próprios meios e, de acordo com esses meios, compete às empresas definir os salários da empresa e definir inclusivamente os direitos sociais ou as regalias sociais que os trabalhadores dessa empresa recebem. No

que respeita aos lucros passa a haver normas instituídas que são mantidas fixas por um certo tempo, de acordo com as quais se desconta uma certa percentagem dos lucros para o Estado e do resto dos lucros as empresas devem criar um fundo próprio de estímulo, de investimento, um fundo de desenvolvimento, para o desenvolvimento da ciência e da técnica, da investigação científica, um fundo de desenvolvimento social e também de desenvolvimento material das instalações, etc. A produção conseguida nas empresas passará a estar no mercado. No sistema de gestão administrativo anterior também funcionava paralelamente um sistema de distribuição, de meios de produção centralizado. Esse sistema está a ser liquidado e vai ser substituído pelo comércio de meios de produção, comércio livremente instituído entre as empresas.

Para que a empresa possa funcionar normalmente foi também necessário mudar todo o ambiente circundante às empresas, ou seja, mudar os órgãos administrativos que envolviam o tecido empresarial. Por isso, começámos já com essa lei sobre as empresas do Estado. Foram também publicados onze decretos que operaram transformações em diversas áreas. Por exemplo, foi necessário reorganizar e substituir o sistema de planeamento administrativo por um sistema de planeamento em bases económicas. Segunda reforma, a reforma financeira, com a instauração de um sistema financeiro baseado em normas claras, actuando por um determinado período. Depois, é também necessário operar a reforma bancária, a reforma dos bancos. Será necessário criar novos bancos, bancos concorrenciais entre si, bancos que sejam autónomos, que sejam autofinanciados; transformar o Banco Central, o Banco do Estado que existia até agora, no Banco dos Bancos, que se ocupa das regras gerais a que deve obedecer o sistema bancário.

Mas o lugar central de todo este sistema económico, como sabem, pertence aos preços. Por isso, a reforma dos preços é a parte integrante central e decisiva da reforma económica. Esta reforma dos preços tencionamos levá-la a cabo em 89 e 90. Será uma reforma global dos preços que irá envolver, quer os preços por grosso, quer os preços no produtor, quer os preços no consumo. O objectivo é modificar o nível dos preços no mercado interno soviético e aproximar esse nível do mercado internacional. Teremos de aumentar para o dobro o preço interno dos combustíveis, aumentar também o preço dos alimentos, baixar os preços na área dos produtos químicos, dos derivados do petróleo e tencionamos compensar a população, através de subsídios, do aumento dos preços que se vai verificar nos alimentos, sobretudo na carne e nos produtos lácteos. Tencionamos também submeter a um processo democrático esta alteração de preços propondo o respectivo Decreto à discussão pública alguns meses antes. Queremos mudar o próprio sistema da formação dos preços, reduzindo a percentagem dos preços centralizadamente estabelecidos e aumentando a percentagem dos preços formados por contrato ou livremente formados no mercado. A ideia é caminhar para um sistema de preços de maneira a que aquilo que é necessário à sociedade seja vantajoso para as empresas produzirem-no.

Consideramos também que com um sistema de gestão com este ca-

rácter, com carácter económico, deixará de ser necessário ter um aparelho burocrático tão grande como existia anteriormente, por isso uma das direcções de trabalho, da reforma e da reforma da gestão, é justamente a liquidação de certos elos desnecessários que existiam até agora e, em geral, a redução do aparelho. Já reduzimos o aparelho, por exemplo, do Comité de Estado para o Plano em 30%; de alguns Ministérios Federais em 40%; agora estamos a reduzir o aparelho burocrático das Repúblicas, na ordem de 50%. Simultaneamente, mudámos as funções dos órgãos superiores dirigentes de gestão, subtraímos-lhe as funções anteriores que tinham e que pertencem agora de direito às empresas. É também importante sublinhar que uma parte importante da *Perestroika* é a reestruturação da nossa actividade económica externa. Estamos a instaurar a descentralização desta actividade económica externa concedendo o direito às empresas e a organizações de estabelecerem contacto directo com o mercado externo. Começámos também a criar empresas mistas com empresas de outros países, incluindo o nosso território e também proclamámos a intenção de chegar à convertibilidade do rublo.

Encontramo-nos num momento decisivo destas reformas. Pode já dizer-se que terminámos os preparativos para começar a introduzir as transformações na realidade, e esta lei, por exemplo, das empresas, de que falei, já está em vigor desde 1 de Janeiro deste ano. As empresas industriais já estão a funcionar em novas condições, mudámos o sistema de planeamento, de financiamento, as estruturas orgânicas dos Ministérios, o sistema de pagamento do trabalho, do salário, começámos a aplicar a reforma dos Bancos, e, no próximo ano, iniciaremos a reforma dos preços e a passagem para o comércio de meios de produção entre as empresas. Colocámo-nos a tarefa de até 1990, inclusive, transitarmos de facto para o novo sistema de gestão; e, nos anos 90, ou seja, quando entrar em vigor o novo plano quinquenal, esse novo plano quinquenal deverá já decorrer de acordo com este novo sistema de gestão.

Qual é o nosso problema principal, onde residem as nossas principais dificuldades? A Reestruturação, a *Perestroika* começou, pode dizer-se que ganha força, mas o principal problema é dar-lhe um impulso de tal ordem, acelerá-la de tal maneira, que ela se torne irreversível, ou seja, tornar estas transformações irreversíveis e, ao mesmo tempo, obviamente, começar já a obter os primeiros frutos desta reforma.

Consideramos que o principal meio para atingir esse objectivo é criar condições para que o maior número possível de trabalhadores, o maior número possível de massas populares, se possa envolver neste processo de transformação. O principal meio para conseguir isto é a democratização, de maneira a que as massas se possam envolver na gestão. Por isso, adoptámos a autogestão das empresas, aumentámos o papel atribuído aos colectivos laborais. É a estes colectivos laborais que, em última instância, compete aprovar o plano da empresa. São ainda estes colectivos que devem determinar como é que as empresas devem utilizar os meios que têm à sua disposição. E este colectivo deve eleger o di-

rector da empresa, ou seja, em duas palavras, trata-se de uma economia democrática.

Mas para envolver na *Perestroïka* todo o povo é também necessário desenvolver a democracia na esfera política. Pode dizer-se que foi sobretudo nesta questão que esteve centrada a recente conferência do partido. Nessa conferência foi decidido operar uma reforma política na URSS, intensificando os princípios democráticos de funcionamento, aumentando nomeadamente o poder dos deputados, aumentando o papel dos órgãos eleitos, estabelecendo o controlo pelos deputados, ou seja, dos órgãos eleitos e representativos sobre o poder executivo. Foi adoptada uma resolução sobre luta contra a burocracia, outra de desenvolvimento da transparência e, o que é muito importante para o desenvolvimento da reforma económica, uma resolução sobre a reforma jurídica e uma reforma dos tribunais. Portanto, na realidade, pretende instaurar-se o domínio da lei e também garantir um controlo sobre o cumprimento das leis, de modo geral, e nomeadamente no domínio económico.

Esta *Perestroïka*, ou Reestruturação, é já a terceira tentativa de reforma que é levada a cabo no pós-guerra na União Soviética. A primeira foi após a morte de Estaline, teve início em 1953, deu alguns resultados durante cerca de cinco ou seis anos, mas depois disso houve um regresso aos métodos administrativos de gestão. A segunda tentativa foi em meados dos anos 60, deu também alguns resultados durante cerca de cinco ou seis anos, até ao início dos anos 70 e, novamente, foi derrubada. Pode legitimamente levantar-se a questão: onde é que reside a garantia de que esta terceira *Perestroïka*, esta terceira reestruturação, será conseguida? Devo dizer-vos que estudámos atentamente a questão de saber por que é que não foram conseguidas as tentativas anteriores e procurámos extrair as devidas lições. Tanto quanto nos parece, as primeiras tentativas não tiveram êxito porque não foram globais. A *Perestroïka* era apenas orientada para certas esferas, certos domínios. Agora, estamos a levar a cabo uma reestruturação de todo o sistema e simultaneamente de todas as esferas, sobre todos os domínios. Em segundo lugar, e segunda conclusão acerca das razões por que falharam as tentativas anteriores. Porque não foram levadas a cabo reformas democráticas. Não se conseguiu, na altura, envolver verdadeiramente os trabalhadoress nessas reformas. É isso que agora tentamos fazer e consideramos inclusivamente a democratização como a força motriz principal da *Perestroïka*.

Por agora acho que é tudo. Muito obrigado pela vossa atenção.